

# A construção cultural dos papéis sociais: Adolescência, masculinidade e conflito com a lei<sup>1</sup>

Gabriela Schreiner(\*)

A esta altura do seu trabalho ou interesse sobre o tema “adolescência em conflito com a lei” você já deve ter se atentado à enorme discrepância entre as quantidades de adolescentes do sexo masculino e do sexo feminino que cometem atos infracionais (ou são “pegos”) e a pergunta que não quer calar é: por que o número de meninos é tão superior ao de meninas?<sup>2</sup>

Tentando oferecer a você alguns mecanismos que aproximem uma compreensão desta realidade neste artigo necessitaremos nos abstrair do “caso a caso” e generalizar, analisando o impacto do meio ou entorno e das expectativas geradas em relação à construção do “masculino” em nossa cultura ocidental, de origem judeu-cristã, dentro de uma economia de mercado, globalizada e orientada para o consumo.

## A invenção da adolescência

Não faz tantos séculos assim quando a idade de grande salto para o mundo dos adultos (ou da convivência social) era aos 7 anos. Na Europa e mesmo nas colônias – que já então importavam modelos de ser – os meninos passavam a vestir-se diferente – cada qual dentro de suas condições e costumes – e sua formação passava para a responsabilidade do pai ou tutor (homem). Nesta etapa é que se acentuava a construção diferencial de gêneros, sendo as meninas educadas pelas mães ou preceptoras para o casamento e a vida doméstica e os meninos orientados para o mundo dos negócios da família, o exército ou o sacerdócio. Nas famílias de camadas mais populares, os meninos deveriam iniciar-se nas responsabilidades de contribuir com o orçamento familiar, ajudando nas tarefas agrícolas ou cuidando das crianças menores. As famílias eram referências importantes, mas também o grupo de pares: “os jovens tendiam, onde fosse possível, a se agrupar em pequenas ‘gangues’ separadas por não mais de 3 ou 4 anos de idade”. Também se integravam à

---

<sup>1</sup> Para referência desde artigo: Schreiner, Gabriela (2008). A construção cultural dos papéis sociais: adolescência, masculinidade e conflito com a lei. Em: Apostila do curso “O trabalho social com adolescentes e suas famílias em conflito com a lei. São Paulo: Consciência Social

<sup>2</sup> De acordo com dados oficiais da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a quantidade de adolescentes do sexo feminino em semiliberdade no Brasil em 2006 era de 61 e de adolescentes do sexo masculino 1173, 19 meninos para cada menina. Em 2002 estes dados eram, correspondentemente, 59 e 937, gerando uma proporção de 15 meninos para cada menina. Apesar da proporção ter crescido 21 % deve-se muito mais ao aumento em números absolutos nos meninos (25 %) do que nas meninas (3%). No que tange à internação provisória, os valores absolutos são diferentes, apesar do crescimento por gênero seguirem proporções semelhantes: em 2006 para cada menina nesta medida, havia 30 meninos (121 meninas/ 3625 meninos), sendo que em 2002 esta proporção era de 25 meninos para cada menina (116 meninas/ 2932 meninos). Enquanto o número de meninos em internação provisória aumentava 23,6 % no período, o de meninas crescia 3,9 %. Nos casos de internação, o cenário era o seguinte: 385 meninas para cada 10061 meninos no ano de 2006, enquanto que em 2002 os dados eram 394 e 7611, respectivamente (19 meninos para cada menina em 2002 e 26 meninos para cada menina em 2006), 32 % de aumento de internações masculinas contra uma diminuição de 2 % nas femininas. No total do sistema em meio fechado os resultados mostram uma realidade muito díspar: em 2006 do total de 15426 atendimentos, 96,3% são adolescentes do sexo masculino. O crescimento para estes em relação a 2002 foi de 29,4 % enquanto que para as adolescentes do sexo feminino houve quase imperceptível decréscimo de -0,5%. Fonte: Dados do SINASE – extraídos em 05/04/2007 - <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/sinase/sinase1.htm>

sociedade por meio do casamento<sup>3</sup> ou no sistema escolar, restrito aos meninos, no início<sup>4</sup>.

### **Expectativas da época:**

Dos **pais** se esperava força e firmeza para inculcar valores de respeito e obediência aos filhos. Cabia-lhes estimulá-los em atividades físicas (expectativa de carreira militar) e aprendizagem, às vezes desenvolvidas por tutores ou em escolas formais, como especial ênfase na educação religiosa e na disciplina. Em extratos menos favorecidos o foco era o aprendizado profissional. Com relação às filhas mulheres, os pais não se envolviam muito, a não ser na hora de definir/aprovar seus casamentos.

Das **mães**, que eram consideradas mais indulgentes, se esperava menos rigor na educação. O principal papel era o de preparar as filhas mulheres para serem esposas, submissas e com aptidões domésticas.

Das **famílias** se esperava que fossem unidades básicas de supervisão e contenção, formando mulheres e homens ajustados aos padrões da época<sup>5</sup>.

Segundo Heywood, "*A autoridade paterna era reforçada pelo controle da propriedade agrária ou o domínio de um ofício que poderia ser transmitido aos filhos [homens]*"<sup>6</sup>.

A transformação da família preponderantemente agrária para a industrial a modificaria substancialmente. Isto ocorre entre os séculos XVIII e XIX, com o advento da revolução Industrial<sup>7</sup>. É nesta época que surge o "amor materno" e o "amor conjugal, ou seja, o casamento não mais por interesses econômicos, de ascensão social ou de poder, mas sim por amor e com isso, o que Fernandez chama de "sentimento doméstico de intimidade"<sup>8</sup>. Em paralelo, acentuam-se as diferenças entre classes.

O lar como espaço privado permeado de sentimentos está sob jurisdição da mulher, consolidando o papel feminino nos eixos "esposa" e "mãe". É nesta época que a idade mínima para o casamento começa a aumentar e aparece uma nova figura: a adolescência<sup>9</sup> que contrariando o desejo de muitos – até os dias atuais – é uma figura sexuada.

Expectativas da época para **a adolescente**: "corpo virginal, inocente, recatado e com sexualidade passiva por natureza". Mas há também uma outra adolescente que não atende a esta expectativa: "corpo desnutrido, maltratado, freqüentemente prostituído".<sup>10</sup> Para **o adolescente** acentua-se a expectativa de virilidade, ativo no mundo público, protetor e cortês com o sexo "frágil" de onde sairá "sua" esposa, mas ao mesmo tempo com "autorização" para uso-fruto de outros corpos para "seu" prazer.

## **A construção da masculinidade**

Para Patrícia Ruiz Bravo L. em seu livro "Sub-versões masculinas" (2001) "*na construção social da masculinidade se interceptam duas dimensões: as relações com as mulheres e a relações com outros homens*".

---

<sup>3</sup> No Direito Canônico a idade mínima para o casamento era 12 anos para a menina e 14 para meninos (Heywood, 2004:141)

<sup>4</sup> Heywood, 2004:141

<sup>5</sup> Heywood, 2004:142

<sup>6</sup> Heywood, 2004:144

<sup>7</sup> Heywood 2004:144

<sup>8</sup> Fernandez, 2006: 202

<sup>9</sup> Fernandez, 2006:203

<sup>10</sup> Ressalva feita por Fernandez (2006): as estratégias dos dispositivos da sexualidade não são as mesmas para todas as classes ou setores sociais. (p. 203).

Para ela existem dois processos vitais que “forjam” a masculinidade:

- Separação e negação do feminino.
- Provar que se é homem a outro homem<sup>11</sup>.

Vamos precisar fazer uma “excursão” por ambas as dimensões para que possamos compreender melhor a construção social do masculino.

De acordo com Sergio Sinay, especialista em vínculos humanos, a masculinidade tal qual a conhecemos hoje tem seus primórdios na Revolução Industrial<sup>12</sup>, com a transformação da família de unidade produtiva para unidade de consumo. Foi a partir de então que o homem deixa o lar (onde antes produzia) em busca do sustento, permanecendo muito tempo fora de casa deixando à mulher a atribuição da responsabilidade pela administração e o cuidado do lar, surge então a figura da “**rainha do lar**”: prendada, prestativa, submissa, responsável pela educação dos filhos e a nutrição e o cuidado de todos na família, multitarefa, mas também fiel a seu marido a quem lhe era permitida a infidelidade.

Longe do convívio com esposa e filhos, os pais tinham pouco contato direto com a prole, aumentando o impacto do que era dito e da imagem construída pelas mães sobre quem era, o que pensava, o que sabia e como agia o pai.

Por sua vez, no mundo do trabalho, em fábricas, olarias, navios, exército, para exemplificar alguns, “*para cada homem seu semelhante era um competidor e nos campos de batalha era um inimigo*”<sup>13</sup>. Os mais influentes, os proprietários, comerciantes ou de classes mais abastadas, além de dirigir seus próprios negócios – e, por conseguinte os homens que neles trabalhavam – também assumiam os postos decisórios nos órgãos públicos e na política e suas decisões causavam impactos na vida de todos: homens, mulheres, ricos e pobres.

Já os homens trabalhadores de longas jornadas longe de casa e de suas esposas, encontravam em outras mulheres (aquelas que não conseguiram, pelas mais variadas razões ser “esposa”) momentos de satisfação sexual. Segundo Sinay “*enquanto isso os homens explorados por um lado, se convertiam em exploradores subsidiários dessas prostitutas (o excedente feminino não destinado à maternidade)*”<sup>14</sup>.

Vale fazer um parêntesis antes de continuar: mesmo para os autores que falam da existência da “masculinidade hegemônica” sempre se faz necessária a contextualização sócio-histórica do estudo ou avaliação, bem como considerar outras dimensões que a influenciam, como classe e etnia.

Sendo assim e pensando na realidade urbana brasileira (seja a cidade pequena ou grande) teremos que ter sempre em conta que existem outras variáveis que podem interferir mesmo que não cheguem a modificar substancialmente – ainda – a cultura da masculinidade hegemônica<sup>15</sup>.

O menino começa a construir sua masculinidade nem bem é identificado como biologicamente macho e isso se dá a partir da interação das pessoas pertencentes ao seu mundo com ele. A família é seu primeiro laboratório.

Bebês meninos têm cor de roupa permitida (azul, não se discute) e também proibida (rosa, com certeza). Já o azul não é proibido para a menina e ouvimos como justificativa “que isso não é problema, basta colocar um laço no cabelo ou brincos e pronto. Ninguém pensará que é um menino”. Mas para o bebê do sexo masculino

---

<sup>11</sup> Ruiz Bravo, 2001:33

<sup>12</sup> Sinay, 2006: 36

<sup>13</sup> Sinay, 2006:37

<sup>14</sup> Sinay, 2006:37

<sup>15</sup> Citando Connell (1997), Ruiz Bravo define masculinidade hegemônica “*como a configuração da prática genérica que encarna a resposta conscientemente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, a que garante (ou se assume para garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres*”.

vestir rosa, “nem pensar! Como mostrar aos outros que não é uma menina?” O bebê recém nascido nem se percebe diferenciado de sua mãe, porque ele saberia a diferença entre azul e rosa, e ainda que isto “define” algo? Que tem um significado?

Mas a cor da roupa é só um começo.

Os bebês machos já nascem com time de futebol (o do pai ou da pessoa de referência que seja fanático pelo tema) e são vistos ou classificados como “predadores” o que, como corolário, transforma os pais de meninas em “provedores”. O seu entorno se encarregará de mostrar-lhe que é dotado de privilégios e poder, em especial no que tange ao outro sexo.

Só que este lugar privilegiado que irá ocupar tem um preço: não se pode fraquejar, só o sucesso será permitido, ou melhor, cobrado. Qualquer coisa diferente disto o colocará à margem.

Para isso existem algumas fórmulas que o bebê do sexo masculino irá aprendendo à medida que cresce.

### **1º. Não pode demonstrar sinais de fragilidade, nem para os pares, nem para as mulheres.**

**Como fazer isso?** Basta não se permitir sentir medo, dor, tristeza, ternura, afeto, compaixão, entre outros sentimentos tão “femininos”. Por serem considerados atributos femininos devem ser combatidos se opondo a eles para afirmar a masculinidade.

**Questão:** Como negar o que se sente?

**Resposta:** reprimindo, desconsiderando, não reconhecendo. Com o passar do tempo isto passa a ser “natural” e todo sentimento que surge não será escutado. Só tem um contratempo: o mal estar estará presente, a sensação de estar sentindo algo que não lhe é próprio, ou pior, que lhe é proibido. Isto terá que ser aliviado de alguma forma.

### **2º. É necessário ter formas de desafogar os sentimentos que, mesmo proibidos, insistem em existir.**

**Como fazer isso?** Por meio da ira e da hostilidade, atitudes “aceitas” como naturais na masculinidade desde a tenra idade e que podem se tornar um problema quando ultrapassar os níveis aceitáveis na sociedade (mas isso é uma preocupação para “depois”, enquanto se é bem pequeno “ele só está brincando de bater”).

**Questão:** Como os adultos promovem isso?

**Resposta:** Não é uma fórmula muito difícil de perceber. Inicia-se presenteando o menino com uma arma de brinquedo ou com algo que faça alusão à guerra e permitimos a brincadeira. Também passa pela “dica” dada pelos adultos de responder com um empurrão ao empurrão recebido pelo colega na escola (que talvez quisesse abraçá-lo, mas como “abraço” é uma demonstração de afeto, isto é “feminino” e pode demonstrar ao seu par alguma “fraqueza”, não pode ser oferecido ao colega) e chega à violência física contra a namorada quando esta quiser terminar o namoro ou na direção imprudente e suicida do carro da família.

No início vestem azul e os reconhecemos “meninos”. Durante a infância, os ensinamos a manter o poder por meio de um empurrão. Na adolescência a sociedade lhes cobra “ajustes” e “controle” (além de paciência até que se tornem efetivamente “produtivos”). No meio disto encontra-se o gênero feminino que, educada também para valorizar aquele que poderá “protegê-la” e treinada para submissão, termina por ser um dos principais alvos<sup>16</sup> do que Sinay chama de ‘masculinidade tóxica’.

---

<sup>16</sup> Não considero apropriado utilizar a palavra “vítima” por ser este um tema que pede discussão mais profunda e que não cabe neste módulo. Sugiro acessar material sobre “Violência de Gênero nas famílias” no Blog: <http://familiaegenero.blogspot.com/>.

**Expectativas atuais em relação ao homem: produtores, provedores, lutadores, fortes, potentes, resistentes, decididos, assertivos, empreendedores, agressivos, compulsivos por uma questão de sobrevivência<sup>17</sup>.**

Os “meninos” devem mostrar para as “meninas” a sua superioridade e não fraquejar frente aos seus iguais. Não podem sentir, nem podem errar, deverão prover – mas ainda não porque não é ilegal! - e atingir um ideal de sucesso transmitido pelos grandes meios que é absolutamente impossível de conseguir. Não podendo expressar-se, sem permissão para demonstrar medo ou insegurança, construídos para a competitividade, terminam por ser **uma bomba relógio, prestes a explodir!** A violência é muitas vezes a única via “reconhecida” – mesmo que tóxica e não aceita – de expressão, ainda mais na fase da adolescência que, aliada à banalização e ao menosprezo por parte dos adultos (que vemos, por exemplo, em terminologias como “aborrecentes”), acaba por transformar-se em uma saída para tanta repressão, atirando-os ao risco em uma realidade de desigualdades, impunidade e opressão<sup>18</sup>.

## Mitos e “heróis” da masculinidade

**Mito:** “relato fantástico de tradição oral, geralmente protagonizado por seres que encarnam, sob forma simbólica, as forças da natureza e os aspectos gerais da condição humana; lenda, fábula, mitologia”. Ou ainda na antropologia: “relato simbólico, passado de geração em geração dentro de um grupo, que narra e explica a origem de determinado fenômeno, ser vivo, acidente geográfico, instituição, costume social etc.” Fonte: Houaiss

No início da existência os bebês não possuem condições de maturidade psicofísica para compreender o que acontece dentro ou fora deles. Nesta fase, as amígdalas serão receptoras de estímulos primários capazes de guardar memória destes e os corpos das mães são aqueles que fazem a intermediação entre o mundo externo e as necessidades dos bebês. Um bebê é incapaz de contestar qualquer mensagem que recebe e, portanto, elas passam a fazer parte do inconsciente: qualquer mensagem passa a ser uma “**profissão de fé**” ou “profecia”: “que bebê lindo”, “que bebê idiota”, e assim por diante. Para Bustos (2003) “os mitos antecedem o conhecimento, e o seu enraizamento irracional se baseia no fato de que não precisam de nenhuma demonstração. São ‘verdades’ incontestáveis<sup>19</sup>”.

Em nossa sociedade de origem judaico-cristã, o primeiro grande mito masculino é Adão. Em hebraico Adão quer dizer “terra”, “homem”.

Bustos, em seu livro “**Manual para um homem perdido**”, faz uma divertida e séria viagem pelo imaginário e entrevista “pessoalmente” Adão hoje já com aparência de um homem de 50 anos. A leitura desse capítulo torna prazerosa a descoberta de algumas “verdades” que foram construídas e aceitas por nós, como Humanidade e

<sup>17</sup> Sinay, 2006:38

<sup>18</sup> Ser “menino” no Brasil é muito perigoso... “Mortes de jovens por causas externas continuam aumentando No Brasil, a mortalidade masculina no grupo 20 a 24 anos de idade chega a ser quase dez vezes superior à feminina. No caso específico das mortes por causas externas, verifica-se que, enquanto sua incidência nas mulheres desse grupo etário manteve-se praticamente inalterada de 1980 a 2003, entre os homens as taxas saíram de 121, em 1980, para 184 óbitos para cada 100.000 jovens de 20 a 24 anos de idade, em 2003.

Em 1980, ainda no mesmo grupo etário, a taxa de mortalidade por causas naturais (128) entre homens ainda era superior à de mortalidade masculina por causas externas (121). Já em 2003, as duas taxas atingiram, respectivamente, 75 e 184. Em 2003, a taxa de mortalidade masculina por causas externas no grupo 20 a 24 anos de idade chega a ser mais de 10 vezes superior à feminina (18).”

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais 2004 - Fonte: <http://www.ibge.gov.br/> - extraído em 04/05/05

<sup>19</sup> Bustos, 2003:19

dentro da nossa cultura, logicamente. Nela Adão conta sua versão para o início do mundo e seu papel como homem que determinou muito do que até hoje vivem tanto homens quanto mulheres do mundo ocidental. O “entrevistado” diz que o Pai soprou e nasceram dois seres: Adão e Lilith. Apesar de feitos ao mesmo tempo e do mesmo material, possuíam diferenças físicas sendo ela de menor estatura e com os órgãos genitais não visíveis facilmente. Na observação de ambos nasceu o assombro e o amor. E enquanto olhavam-se encantados Adão “conta” que o Pai chamou-o por primeira vez pelo nome e lhe deu a primeira tarefa: dar nome a todas as coisas que existiam. Ele, sem ter registro de rebeldia em si, deu início a um mito difícil de enfrentar: “não tinha que me perguntar se queria ou não: **como era homem, tinha que exercer o poder**” e mais, que ao nomear, **não só se tornava dono do nome, mas também dono do objeto, possuindo-o e dominando-o**. Entretanto em sua tarefa deixou de lado Lilith que não tinha nada para fazer. Ao demonstrar o desejo de partilhar com ela esta incumbência, foi impedido pelo Pai que lhe disse que a tarefa era privilégio dele. Foi neste momento que algo estranho aconteceu, pois Lilith tomou a palavra e perguntou: “por quê?”. Isto enfureceu o Criador que se retirou. O casal decidiu esconder-se em uma caverna e ali descobriram o prazer do amor. Adão estava tão completo que se esqueceu de seguir com a tarefa de dar nome às coisas, não precisava disso, bastava conviver com seu amor. É então que Lilith **insiste em saber porque**, se ela tinha sido criada ao mesmo tempo e com o mesmo material, não poderia também dar nome às coisas. Foram ambos falar com o Pai. Furioso, o Criador bane Lilith sentenciando-a a vagar pelo mundo, ao anonimato<sup>20</sup> e a gerar filhos demônios. Adão permaneceu atônito, Lilith foi embora olhado-o com uma dor infinita. “Desde então meus descendentes têm desejado, perseguido e temido essa mulher que é sua igual por natureza”<sup>21</sup>.

Diz Adão ter adormecido chorando e ao acordar ver o Pai sorridente lhe dizer que não era bom ele estar só e que por isso lhe trazia uma mulher, sangue de seu sangue e que seria sua “verdadeira companheira” não havendo da anterior nenhuma lembrança. Fora então inventada a “**repressão**” e “o inconsciente”: “o objeto de castigo era a mulher que desafiava o poder masculino, porém o sujeito de repressão foi o homem”. Entre alívio e desânimo, Adão aprendera que não se termina com um amor por “decreto”. “Meu Pai teve a ilusão, que depois se tornou tão comum entre os ditadores de todo tipo, de que a verdade pode ser suprimida por decreto”. Nascia Eva: suave, gentil, não ameaçante<sup>22</sup>.

Assim também surgiram mitos derivados, como o de Caim e Abel, dois dos filhos homens de Adão e Eva, aos quais um certo dia o Pai (ou o Pai criado pelos sábios e interessados humanos) pedira uma oferenda. Ao se esforçarem para dar-lhe o melhor que cada um conseguiu, inventou-se a “**traição**”, a “**rivalidade**” e a “**guerra fratricida**” ou **entre irmãos**. Abel recebera todos os elogios. As oferendas de Caim foram menosprezadas que, cheio de ódio, matou o irmão. Dentre os filhos e filhas do casal, foram escolhidos dois homens que, não sendo valorizados pelas possibilidades e capacidades de cada um, viram-se em uma trama de “**inveja**” e “**ódio**”. A “**rivalidade**” é um atributo reconhecido como predominantemente masculino e deve muito a este mito<sup>23</sup>.

Para Bustos “**a partir deste momento se instaura uma patética ordem: o mais favorecido viverá com medo de que o menos favorecido o destrua**”<sup>24</sup>. Se por um lado teremos seres humanos na busca incansável por reunir muito mais do que

<sup>20</sup> “Lilith só é mencionada no Talmude e nas lendas rabínicas”. (Bustos, 2003:25)

<sup>21</sup> Bustos, 2003:25

<sup>22</sup> Bustos, 2003: 26

<sup>23</sup> Bustos, 2004: 34

<sup>24</sup> Bustos, 2003:34

poderão consumir em toda sua existência, também veremos a violência gerada dentro desta luta desigual, deste acúmulo desproporcional nas mãos de poucos, e a “profecia” não precisa muito mais para acontecer.

Assim como o “Adão” entrevistado por Bustos, estamos de acordo que o Criador ou como desejem chamá-Lo não tem nada a ver com esses mitos, “... os que inventam mitos fazem-no apenas para perpetuar a ignorância e o temor supersticioso de encarar de frente a vida ... e a morte.”<sup>25</sup>. Algo humano demais para ser Divino.

Muitos pais e mães acreditam que podem “modificar” seus filhos “por decreto” e ao não consegui-lo escondem sua frustração em ditados populares que aliviam – mas não saram – as dores da “derrota”: ‘o proibido é sempre mais tentador’; ou então o que a “sabedoria popular” se encarrega de banalizar e por isso desresponsabilizar ou “absolver” os adultos: “é adolescente... é assim mesmo, quando crescer passa”. Nem no decreto nem na omissão, a construção do homem ou da mulher que os filhos e filhas serão está na ação, na intervenção respeitadora, construidora de intimidade diária, de suporte e contenção emocional e afetiva, de investimento. Decretos e/ou o autoritarismo não servem porque não estão baseados na autoridade que se constrói passo a passo, da qual falaremos mais adiante.

Mas não só de mitos como Adão, Caim e Abel, se fazem os homens (e as mulheres, mas neste módulo daremos ênfase à construção da masculinidade), temos outros mitos mais “modernos” ou “heróis” que servem de modelos para as gerações atuais e que incentivam certos comportamentos, modo de ser, contribuindo na construção das subjetividades das novas masculinidades.

**Herói:** “...indivíduo notabilizado por seus feitos guerreiros, sua coragem, tenacidade, abnegação, magnanimidade etc.; indivíduo capaz de suportar exemplarmente uma sorte incomum (p.ex., infortúnios, sofrimentos) ou que arrisca a vida pelo dever ou em benefício de outrem; indivíduo notabilizado por suas realizações; figura central de um acontecimento ou de um período; pessoa que, por ser homenageada ou por qualquer motivo (nobre ou pouco digno), se distingue ou é centro de atenções; principal personagem de uma obra de literatura, dramaturgia, cinema etc.; indivíduo que desperta enorme admiração; ídolo”. Fonte: Houaiss

Analisando o poder dos modelos transmitidos pelos meios de comunicação de massa, pela literatura ou pelo cinema, por exemplo, vemos hoje “modelos” de masculinidade baseados no poder, particularmente no que se pode consumir (tipo de carro, roupa, onde mora, onde circula), poder e consumo são dimensões emaranhadas.

Szuster (2006), em sua tese de mestrado sobre a influência das figuras famosas do mundo dos esportes no consumo dos adolescentes, cita diferentes autores que a embasam afirmando a importância do adolescente como “consumidor” e, portanto, alvo do marketing. O caminho de construção desta afirmativa parte do fato de já terem nascido dentro de uma sociedade “preparada” para o consumo, o que o torna algo “natural” para este público. Ademais, estudos já comprovam que tanto crianças quanto adolescentes são responsáveis por grande parte das decisões de consumo das famílias. Embasada em alguns estudos de diferentes partes do mundo sobre o tema, Szuster afirma que “**os jovens, que se encontram em processo de adquirir preferências por produtos e lealdade a marcas, possuem grande potencial para se tornarem consumidores de longo prazo**”<sup>26</sup>.

Em sua pesquisa com 15 adolescentes do sexo masculino entre 12 e 18 anos residentes na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, pertencentes a famílias de classe social A, buscou responder a uma pergunta central: “De que forma a relação dos

---

<sup>25</sup> Bustos, 2003:33

<sup>26</sup> Szuster, 2006: 38

*adolescentes com o futebol, com seus times e com seus ídolos pode influenciar o comportamento de consumo?*". Nela a autora encontrou uma certa resistência por parte dos entrevistados quanto às palavras "ídolos" ou "heróis", mas os adolescentes afirmaram que gostam de música, cinema, TV, computadores e futebol, onde citaram "Ronaldinho Gaúcho" e "Robinho" como principais referências. A resistência por parte deles frente a definirem-se "fãs", parece compor e resultar do momento atual de consumo e imediatismo. A autora cita Shauman (2000) que fala da dificuldade de encontrar (ou construir e manter, eu arriscaria...) "modelos virtuosos e honrosos" que possam ser reconhecidos como ídolos, mas dentro do que é possível para este grupo, os jogadores de futebol aproximam-se a estas figuras passíveis de idolatria. Mas além das figuras atuais e brasileiras (que jogam fora do país), eles trouxeram imagens do passado como Senna e Pelé, e quando se referem ao que possuem e que associam às figuras de esportes, falam de camisas de times (europeus) com autógrafos ou significados adicionais. Alguns apontam que há uma dificuldade de se conectarem aos jogadores porque estes mudam muito de time, este, por sua vez, parece ser ainda algo mais "fidelizável" dentro de um mundo volúvel: o time do coração. Mas é na hora de jogar que buscam se parecer com os jogadores que mais respeitam ou admiram<sup>27</sup>. Ao perguntar sobre o jogador que mais admiram, vários falaram em "Romário". Concordamos com a autora que esta é uma figura controversa que ora se mostra como eficaz (marca gols, leva o time à vitória), e ora como "irreverente" ou mesmo "rebelde" (não obedece a regras, chega atrasado aos treinos, entre outros). Mesmo não sendo o jogador do time preferido de alguns dos meninos entrevistados, ele consegue ser admirado. Mas não só admirado, as opiniões são por vezes controversas, mas "Romário" não deixa de ser o nome citado, tanto com olhares positivos quanto não: ora é "confiável", ora é "metido", por exemplo. Mesmo não sendo um "bom moço" Romário pode estar sendo admirado mais pelo que realizou no passado ou mesmo por identificação às suas atitudes ou aparência, afirma a autora. Mas há um detalhe que passou despercebido, Romário é considerado um jogador eficaz e isto lhe dá legitimidade, e certa autoridade pelo menos neste quesito o que não é questionado pelas pessoas, é fato (ver mais adiante sobre "autoridade"). Agora, uma das coisas importantes a se pensar decorrente da tese de Szuster é o fato dela concluir que é **"difícil vender Romário ou comprar Romário"**<sup>28</sup>.

Que "risco" para os adolescentes se esconde por trás desta afirmação?

Jogadores de futebol, músicos (e suas letras e significados), atores famosos, a até bandidos amplamente difundidos pelos meios de comunicação em massa, vão oferecendo referências, lançando modas, difundindo modelos de ser e assim contribuindo na construção das subjetividades de crianças e adolescentes. Estes incorporam a forma de falar, se espelham em suas atitudes e respostas às situações da vida, no jeito de vestir, usam o que estes modelos usam, enfim, consomem o que seus "modelos" consomem, e assim "compram" a impressão de serem os próprios. Ao mesmo tempo vão construindo turmas, tribos e grupos que se identificam não por valores próprios decorrentes de processos críticos de eleição, mas sim por "formas de ser" que moldam o que são como pessoas. Esta é umas das razões pelas quais se faz tão urgente uma legislação que ofereça normativas éticas para os meios de comunicação e a publicidade: não só vendem objetos de consumo, mas forjam subjetividades e constroem pessoas. (ver sobre os meios de comunicação em massa). O adolescente é fortemente susceptível a isso.

## **A sociedade de consumo, e o valor das pessoas.**

---

<sup>27</sup> Szuster, 2006: 46-50

<sup>28</sup> Szuster, 2006:53



Vivemos em uma sociedade que se pauta pelo que consome, uma sociedade de desejos que vão sendo sobrepostos por novos, assim como aquele que acende um novo cigarro, no final do que estava fumando – sendo a “toxicidade” tão perniciosa quanto.

Para Bauman (2004) o “*desejo é a vontade de consumir*” mas por isso também “*um impulso de destruição*”, o desejo nasce contaminado “*pela vontade de morrer*”. Hoje não se compra mais por desejo, mas por impulso – desde que se tenha condições para tal, e caso não, tal realidade é responsável pela angústia de não poder concretizar o que tornou-se “natural”: consumir. O desejo é fruto de um processo que “*precisa de tempo para germinar, crescer e amadurecer.*” Para uma economia com lógica de mercado, isto levaria muito tempo e para nutri-la será preciso que o “*único desejo que pode (e deve) ser implantado por meio da visita a um shopping é o de repetir, vezes e vezes seguidas, o momento estimulante de ‘abandonar-se aos impulsos’ e permitir que estes comandem o espetáculo sem que haja um cenário predefinido*”<sup>29</sup>.

O desejo, segundo Bauman, perdeu no mundo atual seus atributos de cultivo e preparo, tudo agora tem que ser o já, o agora, porque daqui a bem pouco, este já e este agora serão substituídos por outros. Assim é com um bem durável (?), mas também com os afetos. Os jovens não estão mais perdendo tempo no “cortejo”, no enamoramento, eles devem ir logo para a satisfação imediata do impulso: o beijo. Nada de nomes, nada de construção de intimidade – o que quer dizer que um beijo não é mais considerado como a expressão da intimidade – apenas a satisfação de um impulso, logo virá outro, tanto impulso, quanto beijo. Sendo assim, cada coisa, situação ou pessoa se torna rapidamente descartável. Se os telefones celulares em bom funcionamento são considerados descartáveis assim que um novo modelo é lançado – o que parece acontecer a cada semana – porque não haveria de ser igual com os afetos?<sup>30</sup>

## A construção da realidade: inclusão ou exclusão?

Guareschi (2006) no seu artigo “**Desnaturalizando identidades e diferenças na adolescência**” apresenta uma análise crítica sobre a classificação de “*tipos de adolescentes*” pela mídia e como este tipo de abordagem estimula, “*instaura*”, na opinião da autora, formas de ser, construindo referências, preferências e diferenças. Para compreender melhor esta afirmação, Guareschi se vale da perspectiva de “construcionismo social” que pressupõe teoricamente uma “desnaturalização da realidade” em oposição ao “representacionismo”. Sendo assim, considera a realidade como “*uma posição explicativa, ou seja, o mundo não seria anterior à experiência que temos dele*” e, assim “*... é uma interpretação que institui códigos, sistemas de significação que dão sentido às nossas ações e às ações alheias*” e esclarece que “*isso não implica negação da existência material das pessoas, eventos, fenômenos, mas que a existência material não tem em si significados fixos, universais, nem mesmo de se tornar realidade, se não for justamente experimentada como uma verdade*”<sup>31</sup>.

A cultura é o domínio do simbólico, a construção de significados, que alimenta e se alimenta nesse processo onde seu veículo é a linguagem que, nomeando a realidade, engendra-a, dentro de contextos históricos produtores e oportunistas de “fatos e acontecimentos”, criando por sua vez novas realidades e modificando-se permitindo novas formas de se falar sobre estas, formando assim um sistema cultural.

---

<sup>29</sup> Bauman, 2004: 25-27

<sup>30</sup> Bauman, 2004:28

<sup>31</sup> Guareschi, 2006: 127-128

Mas a própria autora alerta que, mesmo falando de um “sistema cultural”, não significa que seja uma “*superestrutura que determina e reproduz todas as relações sociais, visto que, trata-se de negociação de sentidos em um território de lutas e contestações pelos quais nos tornamos sujeitos*”. Cultura é então “*a produção de sentidos forjados pela atividade humana*” e são os discursos que permitem à “realidade” ocupar o lugar de marco referencial “*em relação ao qual os sujeitos passam a reconhecer-se ou diferir-se*”, assim como se posicionar dentro desta rede<sup>32</sup>. O poder é parte constituinte das atividades humanas relacionais e como tal interfere dando diferentes amplitudes às vozes que dão significados e difundem formas de ser. A construção da “realidade” está impregnada da visão de quem pode, pelas mais variadas razões, nomeá-la dando-lhe o sentido e, portanto o referencial. Mas como toda consequência de ação ou inter-relação humana, não há um poder absoluto, mas sim iniquidades que favorecem ou desfavorecem tanto os discursos quanto às resistências ou enfrentamento de modelos. E assim segue a humanidade.

O tipo de roupa a ser usado, o estilo de cabelo, piercing, tatuagem e até a forma de andar, onde circular, locais onde se encontrar, “*dizem*” muito sobre as pessoas, e na adolescência isto ganha um espacial destaque.

Dentro do universo adolescente, o **pertencer** tem uma importância diferente de outros momentos do ciclo vital de qualquer ser humano. Pertencer a um grupo, ser aceito por este e por seus pares, é muito mais importante quando está se buscando a autonomia, entendida aqui como a capacidade de governar-se. Os adolescentes duelam consigo mesmos na busca pelo conhecer-se enfrentando o “medo” pelo desconhecido, pelo mundo das responsabilidades. Para saber quem se é de verdade é preciso deixar de ser “da mamãe” ou “do papai” com tudo o que isto implica. Os pares são muito importantes neste momento, servem como “porto”, como suporte, nem sempre “seguro” rumo a esta nova fase de descobertas e responsabilidades. Ser aceito é muito importante.

Mas quem tem autoridade para dizer qual é o “tipo de adolescente” e como ele deve se comportar, o que usar ou consumir, para ser deste ou daquele “tipo”?

Pode parecer um paradoxo que os adolescentes lutem para se “enquadrarem” dentro de modelos aceitos por seus pares, exatamente quando buscam diferenciar-se dos adultos que lhe foram referências até então, mas não é. É exatamente nesta fase, quando os adolescentes buscam, dentro das estratégias e capacidades que possuem, quebrar com a “dependência” dos seus pais que ficam susceptíveis às novas dependências ou, pelo menos, à incorporarem formas de ser que não propriamente “independentes” mas sim, “aceitáveis”. É sem dúvidas, uma etapa da vida de alto risco.

Guareschi (2006), analisa em seu artigo, uma matéria jornalística veiculada em um jornal impresso que fala sobre os “tipos de adolescentes” e o que são capazes de fazer para pertencerem ou serem “enquadrados” em determinados “modelos”. Ela nos diz que os discursos difundidos, apesar de representarem “verdades parciais” ou “possibilidades de determinadas verdades”, terminam por fazer eco no tecido social alimentando práticas e gerando significados. No material jornalístico, havia uma divisão de categorias de adolescentes como “populares”, “excluídos” e “neutros” (ou invisíveis). “*Tais marcadores identitários delineiam-se a partir das relações de poder que transversalizam a produção cultural das diferenças. Têm poder de definir identidades, marcar diferenças e estabelecer um padrão de normalidade ou referência*”<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Guareschi, 2006: 130-131

<sup>33</sup> Guareschi, 2006:132

É vital que pensemos a respeito destas “formas de ser”, difundidas e validadas e as mudanças que ocorrem ao longo da evolução histórica. Em um mundo onde os **referentes** reconhecidos são muito pouco construídos a partir do desenvolvimento dos sentidos de pertencimento nativos, mas sim importados e valorizados por isto, onde os valores que permeiam e dão significados estão ancorados no consumo, quando tudo deve ser muito ágil, por quanto tempo os **marcadores** relevantes conseguem permanecer como tal? É evidente que os referenciais sempre mudaram com a evolução dos tempos e dependem dos diferentes contextos, mas hoje em dia, além de vivermos em uma sociedade globalizada (mesmo que não uniformemente), a incorporação de modelos se faz com pouquíssimo poder crítico – até desfavorecido pela rapidez das mudanças – e têm um desígnio quase unívoco.

O que é um adolescente “popular”? Dentro desta lógica quase dual apresentada pelo artigo do jornal, bastaria definir o adolescente “popular” para que se pudesse, em oposição, descobrir como deve ser ou, melhor, como não deve ser, o adolescente “excluído”. E o “neutro”, este é aquele responsável por esta lógica pensada e divulgada ser “quase dual”. O “quase” é porque o “neutro”, mesmo com o esforço para ser fazer “invisível”, têm grandes e constantes chances de migrar para um dos lados. Por que as identidades devem ser construídas dentro destes desígnios? Quem assim as definiu? Sem um processo crítico severo, é impressionante a forma como nos adaptamos, tanto os adolescentes, quanto os adultos. Como se fosse mais “tranqüilizador” – ou aterrorizante, dependendo de que lado você está como adulto – enquadrá-los. Mas, felizmente, os adolescentes resistem, pelo menos alguns deles, e conformam suas próprias formas de ser.

Os variados contextos, histórias pessoais, realidades sócio-econômicas, etnia, nicho ecológico, terminam por injetar variáveis que possibilitam múltiplos cenários e “tribos”. Dentro deles/as também é necessário ser aceito e para tal devem ser seguidas “regras” construídas ou incorporadas, explícitas ou não.

Mas como deve ser um adolescente para ser “aceito” por seus pares? Qual é o referencial no qual deve se basear? Que discursos são transmitidos, difundidos, construídos e validados dentro de nossa cultura? Quais meios os difundem?

## **Os meios de comunicação em Massa**

Os meios de comunicação de massa chegam a todos os lares de nosso país. A televisão é o mais comum deles, transmitindo modelos, opiniões e construindo formas de ser e relacionar-se. Os programas de maior audiência chegam à milhões de lares e atingem milhões de pessoas das mais variadas idades. Cada vez mais a televisão é um eletrodoméstico “familiar”. Neste caso a palavra “familiar” está entre aspas com o propósito de provocar a reflexão. É comum que a família se sente no mesmo espaço físico ao mesmo tempo para assistir a algum programa do interesse de todos ou da maioria – freqüentemente novelas, filmes, seriados ou programas jornalísticos ou de humor. Mas o fato de vários membros da família sentarem-se frente à tv no mesmo horário e assistirem ao mesmo programa, não significa que a família esteja “compartilhando” de um momento como família. Para isto será necessário que existam trocas de opiniões que dêem sentido ou expressem valores, trocas que podem oferecer não só oportunidades de se conhecerem melhor mutuamente, mas, também de partilhar histórias que ofereçam sentimentos de pertencimento. Por exemplo, quando um dos membros lembra que determinada situação vivida por um personagem do filme ou novela já ocorreu com alguém da família e conta que respostas foram dadas e que resultados obtidos. Sem este tipo de situação, as pessoas da família não passam de telespectadores reunidos no mesmo espaço físico.

Crianças e adolescentes são altamente vulneráveis às mensagens difundidas pelos meios de comunicação, não é por menos que o Brasil resolveu legislar a

respeito dos comerciais e das mensagens com objetivo publicitário dirigidas às crianças e existe em tramitação no Congresso o Projeto de Lei no. 1600/2003<sup>34</sup> de autoria do deputado Orlando Fantazzini, que introduz o Código de Ética nos programas de televisão. Neste projeto não só há proibição para a exibição de imagens de crianças e adolescentes em situações de sofrimento ou constrangimento (artigo 15), como também proíbe a incitação da violência e requisita a promoção de um tratamento de respeito e consideração pelos pais, pelas autoridades e pela sociedade (art 21). Também divide horário entre “familiar” e “adulto” (art 35) e não poderão entrevistar crianças e adolescentes sobre seus problemas familiares ou sobre temas que estejam além da sua compreensão (art. 36) e toda participação deve ser autorizada pelos pais ou responsáveis. Mensagens publicitárias dirigidas diretamente ao público infantil passam a ser proibidas (art. 37) no horário familiar. O Projeto de Lei tem um capítulo inteiro dedicado à difusão e controle das imagens e mensagens da violência, assim como um dedicado ao exercício da sexualidade, mas um artigo está dedicado aos desenhos animados que é importante salientar na íntegra.

Art. 38 A programação infantil, incluindo-se os desenhos animados, não poderão sugerir ou autorizar a conclusão por parte das crianças de que:

- I - a violência não machuca ou não produz sofrimento para a vítima ou conseqüências para o agressor;
- II - a violência seja um tipo de comportamento não perigoso e, de qualquer forma, desejável;
- III - a violência seja desculpável ou menos danosa quando praticada pelos personagens positivos com os quais elas tendem a se identificar.

Hoje em dia, raramente vê-se um programa jornalístico que demonstre alguma informação positiva, ao contrário, o que vemos é uma tempestade de desgraças, de mortes, assassinatos, violências, desastres, guerras, catástrofes, entre outras variações do mesmo tema. Ver uma notícia sobre “bala perdida” na cidade do Rio de Janeiro, já não causa o mesmo impacto hoje que causava há uns 3 ou 4 anos atrás. Hoje, para causar um impacto maior, a violência ou a situação de perigo deve ser maior e conter mais horror. Por isso que o caso do menino arrastado até a morte causou frisson. Logicamente que é inaceitável o que aconteceu àquele menino e sua família, mas acontecem tantas mortes sem sentido todos os dias que parece que com o passar do tempo elas vão anestesiando-nos como seres humanos.

A difusão da violência pelos meios de comunicação pode trazer diferentes impactos em crianças e adolescentes. Alguns estudos já foram realizados nos Estados Unidos e em outros países. O Brasil está preparando a produção de uma importante pesquisa nesta área, que acompanharemos com atenção.

Um dos artigos do PL 1600/2003 relativos à veiculação de imagens violenta diz “*Programas factuais e noticiosos que, pela sua própria natureza, vinculam-se jornalisticamente a eventos violentos como guerras, crimes, acidentes e desastres naturais, devem observar criteriosamente que tipo de imagem levarão ao ar, especialmente quando se tratar de boletins noticiosos em horário familiar*”. (artigo 41)

Porque se faz necessário pensar em regulamentar a programação televisiva? Isto pode ser considerado alguma forma de censura? Há quem diga que sim, mas especialistas em direitos humanos e direitos das crianças e adolescentes, concordam que uma boa regulamentação não é censura, mas sim a regulação por meio de normas do que será e quando será permitido em um meio que entra nas residências

---

<sup>34</sup> De acordo com o site da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei no. 1600/2003 ainda está em tramitação tendo tido parecer favorável da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aguardando a continuidade do trâmite até sua aprovação – ou não – final.

sem avisar. Muitos dirão – o que é em parte verdade – que depende do dono da TV ou do controle remoto definir o que deseja ver, mas sabemos que, hoje em dia, a TV ocupa um lugar que vai além do entretenimento para crianças e adolescentes, funcionando muitas vezes como uma forma de “cuidado” ou de mantê-las ocupadas enquanto os adultos responsáveis se dedicam a outros afazeres. Com esta característica e levando-se em conta a susceptibilidade das crianças e adolescentes, cabe pensar em normas para garantir que o interesse superior destas não seja violado.

Adolescentes são susceptíveis aos “modelos” e a sua necessidade de serem aceitos e pertencerem os deixam vulneráveis. A erotização precoce tem nos meios de comunicação em massa - mas também nas músicas que tocam sem parar durante um espaço de tempo necessário para se transformarem em “sucesso” - grandes aliados. Desconheço pesquisas atualizadas e profundas que possam apontar a relação ou o tamanho do impacto direto da veiculação de imagens ou sentidos nos temas que mais tocam os adolescentes de ambos os sexos (direitos sexuais e reprodutivos, saúde, beleza, violência, sexo, etc.), mas já vimos que a combinação do momento crucial em seu ciclo de vida, aliado à economia de mercado, fazem do adolescente uma pessoa amplamente vulnerável e que necessitará de um suporte ou base familiar muito bem eqüilizado para poder fazer frente a tanta pressão.

## Globalização

*“Para alguns, ‘globalização é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, ‘globalização’ é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível.”*

Zygmunt Bauman (1999)

A globalização tem permitido diferentes processos de evolução de cunho cultural e social, mas também têm possibilitado uma reconstrução das subjetividades nem sempre positiva. Diferentes autores de disciplinas complementares, analisam e definem a globalização bem como a situam no tempo e na história de formas bem variadas. Sem nos aprofundarmos nestas teorias, as perguntas são muitas e algumas poderão nos ajudar a refletir a respeito do impacto da globalização na subjetividade das crianças e adolescentes:

*Podemos afirmar que a Globalização é um processo inclusivo?*

*Ele é eqüitativo no que tange à difusão de saberes e culturas ou tem um desígnio predominante que difunde modos de ser e de viver?*

Com o acordo de Washington, 1944, e o enfraquecimento dos Estados (abertura de mercados, privatizações, etc.), cada vez existem menos ferramentas oficiais que possam fazer frente à *“interiorização dos processos globais que aliado ao comprometido poder de análise crítico por parte da sociedade”*, desenvolvem processos que naturalizam e interiorizam um caminho único ou uma única voz vinda de “fora” (com os processos de globalização isto passa a falsa idéia de parecer um processo protagônico), que ajuda a criar e manter um sistema pautado na lógica de mercado. A urgência aumenta, as distâncias precisam diminuir: as empresas são grandes corporações que se instalam onde mais lhes convêm (na pauta de aumento de rentabilidade, lógico) e que saem de onde estão (deixando milhares de desempregados) e se mudam com a mesma rapidez que chegaram. O capital transita ainda mais rapidamente, sem nunca chegar a sair, “segue” virtualmente onde mais for valorizado, gerando uma disputa nem sempre eqüitativa entre as diferentes economias do globo. Assim também voam as informações, as imagens e os sentidos que lhes

damos. **Temos um sério problema de identidade:** quem somos? Até mesmo em nosso idioma que já incorporou, mesmo “abrasileirando”, muitos dos verbetes em inglês. Os adolescentes são grandes alvos desta situação. Tudo muda tão rápido que não há chances de apreender muita coisa, o que hoje é “in”, daqui a pouco – bem pouco – passa a ser “out”, sem termos tido oportunidade de conseguirmos experimentar o que do que era “in” nos servia / era útil de fato<sup>35</sup>.

### **Uma mistura explosiva para nossas crianças e jovens:**

1. Consumo: somos o que temos ou o que consumimos
2. Ausência de identidade como comunidade: o que nos dá sentido de brasilidade, além do futebol, que também já está perdendo terreno e jogadores que vão para o primeiro mundo, para onde conseguem melhores salários?
3. As instituições oficiais não oferecem confiança: corrupção, impunidade e a sensação de que o sistema não existe para defender os “bons”, mas sim os “espertos”.
4. Tudo o que é de fora, em especial dos Estados Unidos, é melhor.
5. Baixa auto-estima coletiva: como nos vemos como comunidade, como país?
6. Muitos símbolos, muitas imagens, pouco tempo, muito descarte: o que realmente vale, o que nos é importante?
7. Ausência de autoridade paterna: quem estará lá em casa para oferecer segurança e contenção?
8. Volatilidade dos afetos: tanto por parte dos jovens, quanto por parte dos adultos – que, aliás, são os referenciais daqueles.
9. A possibilidade de “emprego” – e toda a segurança simbólica que vem como ele – é uma realidade cada vez mais longe para os jovens e adultos, e é proibido a adolescentes antes dos 16 anos de idade. Resta a informalidade também neste tipo de relação.
10. A incerteza é parte constitutiva e permanente da existência cotidiana<sup>36</sup>.

Dentro deste cenário, *como podemos pedir para que os adolescentes se mantenham dentro de determinada “ordem”, que confrontem dentro daquilo que é próprio do ciclo vital, mas não transgridam as normas de tal forma que se tornem “em conflito com a lei”?*

Não vamos aceitar ou passar a mão nas cabeças dos adolescentes, *mas temos realmente condições de culpá-los única e exclusivamente?*

## **Autoridade e ausência Paterna**

*“Tornou-se um reflexo quase automático da imaginação histórica atual concentrar a atenção nas doenças da sociedade moderna, e não em seus pontos positivos.”*

*Richard Sennet*

**Autoritário:** Concernente à autoridade; Que tem caráter de autoridade; Que se impõe pela autoridade; Despótico, dominador; Arrogante; Violento.

**Autoritarismo:** Caráter ou sistema autoritário; Despotismo.

Fonte: Dicionário Michaelis

<sup>35</sup> Schreiner, 2006:2

<sup>36</sup> Schreiner, 2006:3-4

Sennet (2001) diz, e do que compactuamos, que não só as crianças necessitam de autoridade como os *“adultos realizam uma parcela essencial de si ao serem autoridades”*<sup>37</sup>. Parece-nos lógico para aqueles que consideram a permissividade como uma forma de omissão, talvez uma das piores: estar, ter condições de e não querer, seja guiar, estabelecer limites, orientar ou conter.

A permissividade é devastadora para o desenvolvimento da criança e do adolescente e, muitas vezes, esconde-se por traz do discurso confortante de “exercício de liberdade” e encontra uma “âncora” mal lançada pelos próprios adultos que dizem serem as leis e os especialistas da psicologia moderna os que os “autorizam” à omissão. Sem adultos suficientemente e consistentemente responsáveis, o desenvolvimento da saúde mental de crianças e adolescentes ficará comprometido: como avançar se não há um porto seguro para onde retornar ou quem seja confiável o suficiente e possua amor o bastante para impedir que algo desejado e convidativo, mas que constituirá uma ameaça ao interesse superior da criança ou adolescente, a coloque em risco nesse cenário de “liberdade”? A omissão deixa “o barco” à deriva.

Sennet (2001) diz que *“o desejo de orientação, segurança e estabilidade não desaparece pelo fato de não ser satisfeito”*<sup>38</sup>.

### **Ingredientes da autoridade**

Segundo Sennet para que exista autoridade, é preciso de alguém que tenha força e a use para guiar outros, disciplinando-os e possibilitando a mudança no modo de agir destes, sendo referência de um padrão superior, em outras palavras, quem têm a autoridade é um guia e serve como modelo. Mas também nos diz que é preciso força para não deixar-se enganar, no sentido de perceber o potencial daqueles a quem se guia, investindo no desenvolvimento pleno destes a partir da exigência plena de suas capacidades, não aceitando menos do que isso<sup>39</sup>. Em outras palavras, quem possui a autoridade vive administrando, pelo menos duas importantes dimensões do grupo: estimular o máximo do potencial, não se contentando com menos do que é possível, mas respeitando as capacidades e tempos de cada um. Uma verdadeira autoridade é assim reconhecida pela capacidade de investir no desenvolvimento e no respeito aos demais. Mas há uma dimensão que deve ser levada em conta: a autoridade serve de modelo e ao ser referência deve arcar com esta responsabilidade e o ônus que isto pode representar.

As qualidades de uma autoridade, para Sennet, são a segurança, a capacidade superior de julgamento, a capacidade de impor disciplina e a capacidade de inspirar medo<sup>40</sup>. A “segurança”, para uma criança ou adolescente, é imprescindível para o desenvolvimento da capacidade de explorar e avançar no mundo; a “capacidade superior de julgamento” passa a ser um instrumento positivo quanto é utilizada para o desenvolvimento do grupo, na percepção do potencial deste; a “capacidade de impor disciplina” é o grande desafio dentro do “como” fazê-lo, pode se encontrar formas pouco produtivas ou até estressantes; e a “capacidade de inspirar medo” pode ser vivenciada e compreendida como medo respeitoso ou um medo aterrorizante, o que levaria a autoridade a um patamar de terrorismo. Vemos que a autoridade é um campo com limites muito tênues entre o emprego vital positivo e o autoritarismo.

Sennet (2001) aponta que a raiz de autoridade, “autor” tem uma conotação produtiva, de ação, mas que é a mesma raiz da palavra “autoritarismo”. A diferença entre ambas é que no autoritarismo, as forças que garantem a autoridade podem não

---

<sup>37</sup> Sennet, 2001: 27

<sup>38</sup> Sennet, 2001: 28

<sup>39</sup> Sennet, 2001:30

<sup>40</sup> Sennet, 2001:30

ser usadas para proteção ou desenvolvimento das pessoas e sim para o controle pela dominação<sup>41</sup>.

A palavra autoridade foi associada à “legitimidade” por Weber (Sennet, 2001: 36), sendo que as imagens de “força” foram por Freud, atribuídas a cada ato do pai durante a infância de seus filhos (Sennet, 2001: 37).

### **A figura paterna e a autoridade**

Vivemos em uma sociedade onde cada vez há mais famílias sem “pai”. A gravidez precoce, as uniões desfeitas e a saída do homem da casa, a permanência de longos períodos fora ou a inacessibilidade mesmo estando presente, acabam por afastar fisicamente a pessoa do “pai” do contato direto e cotidiano dos filhos e filhas. Por sua vez, com a crise atual da “masculinidade” que ainda não conseguiu encontrar um novo sentido frente à capacidade comprometida de prover, faz com que muitos homens se transformem em figuras apáticas ou simplesmente desapareçam. Drogas e, principalmente, álcool, acabam por intensificar a omissão e a sobre carga da educação, formação e sustento acaba por ficar nas mãos das mulheres. Preocupados com esta realidade e o efeito disto nas novas gerações, estudiosos, governos e organizações têm iniciado movimentos no sentido de chamar os pais a ocupar o papel protagônico na educação de seus filhos e filhas. Não só na construção da autoridade, mas também na assunção de tarefas antes consideradas como de exclusividade das mães.

Crianças e adolescentes necessitam de figuras estáveis, consistentes, prestativas e que lancem mão das mais variadas formas de atenção que ofereçam sensações de segurança, contenção e rumo. Mesmo o mais “rebelde” dos adolescentes, precisa de um suporte coerente e firme, mas suficientemente confiável e aberto à escuta e à compreensão.

Sennet (2001) fala que um dos mais importantes aspectos da concepção de autoridade na abordagem feita por Max Weber foi identificá-la com “legitimidade”: *“autoridade numa sociedade é quando as pessoas obedecem voluntariamente a seus governantes. Se têm que ser coagidas, é porque não consideram legítimos esses governantes”*<sup>42</sup>.

Muitos pais e mães acabam por buscar como alternativa a imposição – muitas vezes por meio da força física ou da coação – para assumir um controle perdido. Numa relação com adolescente isto é devastador, podendo gerar situações de difícil administração. A autoridade se constrói desde sempre e a ausência ou a não – presença do pai durante todo o crescimento de seus filhos e filhas, impede que a construção desta relação seja uniforme (dentro do que é possível nas relações humanas) e não permite que crianças e adolescentes tenham acesso ao capital humano de seus pais. Por vezes, as mães acionam os pais que já se foram a algum tempo do lar, nos momentos em que os adolescentes estão em “apuros”, como se o retorno destes pais à vida de seus filhos, fosse provocar um milagre ou trouxesse a solução. Mais que isso, por vezes pode chegar a provocar mais problemas, enterrando o pouco de autoridade que esta mãe possui (“só agora ele se importa comigo? Só quando estou encrencado? Porque não apareceu antes? Agora ele vem dar uma de “pai”?), e não possibilitando uma intervenção de sucesso por parte paterna.

Mas vivemos em uma sociedade só marcada pela ausência do pai? E os demais poderes constituídos, como são ou são percebidos? Sennet diz que vivemos em uma época onde *“os poderes formalmente legítimos das instituições dominantes inspiram um forte sentimento de ilegitimidade entre os que estão submetidos a elas.”* (Sennet 2001: 42) De fato, o Brasil não foge a esta regra. “Mensalões”, impunidade,

---

<sup>41</sup> Sennet, 2001: 32

<sup>42</sup> Sennet, 2001: 37



corrupção, a lei de “Gerson” que ainda predomina, a falência dos sistemas de suporte e apoio, entre outras catástrofes nacionais, dão conta de um sistema altamente comprometido, muito longe de merecer respeito ou consideração, quanto mais, legitimidade.

Sennet se pergunta: o que acontece então? E responde: *“não é irracional, nessas circunstâncias, a rebeldia contra elas (instituições). Tampouco, a meu ver, a atração magnética que elas exercem, apesar disso, deve ser explicada unicamente à base de desejos regressivos infantis de sermos controlados. No próprio modo como essa ilegitimidade é percebida, no processo pelo qual ela se articula. Também se encontra a maneira como se estabelece um vínculo com esses dominadores peculiares.”* (Sennet: 2001: 42) Nestes casos, “poderes paralelos” que ofereçam oportunidades de legitimidade, são altamente sedutores e ocupam os espaços mal preenchidos ou esquecidos, pelas instituições oficiais.

Não só os adolescentes, mas todos, necessitamos de pessoas confiáveis e instituições confiáveis.

## Concluindo

É importante que pensemos como nossos adolescentes, em particular os do sexo masculino estão se formando, quais são suas referências, de onde eles tiram o apoio constante, as regras claras, o suporte para a sensação de abandono. É importante que pensemos que adolescentes estamos deixando que se formem. O “deixando” é uma provocação. Pode ser que você ou eu não sejamos diretamente responsáveis pela educação de um adolescente, mas temos a responsabilidade, como parte da sociedade (artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil) de proteger e garantir os direitos de todos os adolescentes. É a lei maior de um país órfão. Órfão de referências seguras, confiáveis, de um sistema que defenda os bons e os proteja dos “maus”. Somos também responsáveis por isso, na ação e na omissão. O Brasil tem que reencontrar-se como Nação, só assim conseguirá oferecer ambientes suficientemente confiáveis para que crianças e adolescentes não só se tornem adultos de bem, mas aprendam a admirar e defender sua Pátria.

## Bibliografia

Bauman, Zygmunt (1999). Globalização. As conseqüências humanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

Bauman, Zygmunt (2004). Amor Líquido. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

Bustos, Dalmiro M. (2003). Manual para um homem perdido. Rio de Janeiro, Record.

Fernández, Ana Maria (1994). La mujer de la ilusión. México, Paidós.

Guareschi, Neuza Maria de Fátima (2006). **Desnaturalizando identidades e diferenças das adolescências** em: Spink, May Jane e Spink, Peter (orgs). Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade. Uma semana de notícias nos jornais. São Paulo, Cortez

Houaiss (2006) – Dicionário on line- in: [www.uol.com.br/biblioteca](http://www.uol.com.br/biblioteca) - internet

IBGE (2005). Sínteses de Indicadores Sociais de 2004. Brasil, IBGE

Michaelis (2005). Dicionário Moderno. In: <http://michaelis.uol.com.br/>

Padilla, Miguel Ángel Ramos (2006). Masculinidades y violencia conyugal.

Experiencias de vida de hombres de sectores populares de Lima y Cusco.

FASPA/UPCH, Lima – Perú

Ruiz Bravo, Patrícia (2001). Sub-versões masculinas. Imágenes de los varones en la narrativa joven. Lima, Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán

Schreiner, Gabriela (2006). O impacto da globalização nas relações de gênero dentro das famílias. Monografia apresentada no Seminário Virtual PRIGEPP: “Globalización y género: dimensiones económicas, políticas, culturales y sociales. Tensiones, reacciones y propuestas emergentes en América Latina”. PRIGEPP/FLACSO, Argentina - versão em português. (artigo disponível no blog: <http://familiaegenero.blogspot.com/>)

SEDH (2006). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo –SINASE. Brasília, Governo da República Federativa do Brasil

Sennett, Richard (2001). Autoridade. Rio de Janeiro: Record

Sinay, Sergio (2006). La masculinidad tóxica. Buenos Aires, Ediciones B

Szuster, Flávia Rechtman (2006). A Influência dos Jogadores de Futebol no Comportamento de Consumo dos Adolescentes. Um Estudo Exploratório. Tese de Dissertação de Mestrado em Administração. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Coppead de Administração

Therborn, Göran (2006). Sexo e poder. A família no mundo 1900- 2000. São Paulo, Contexto.

(\*) Gabriela Schreiner é formada em Matemática/PUC/Brasil/SP e em Ciências Sociais com especialização em Gênero e Políticas Públicas/FLACSO/Argentina. É consultora independente para assuntos relativos à família, gênero, direitos das crianças e adolescentes e políticas públicas no Brasil e na América Latina. Consultora, em 2006, do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente, órgão especializado da OEA, para projetos interamericanos de família. Consultora, em 2008, para projetos de gênero e adoção do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, Peru. Consultora, em 2008/2009, para o fortalecimento do sistema de direitos de crianças e adolescentes sem cuidados parentais do Programa das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, Peru. É mestranda da FLACSO/Argentina em Gênero e Políticas Públicas, com a tese **“Equidad de Género y Políticas Públicas para familias en América Latina. Supuestos y prácticas en Perú y Brasil”**.

Contato: [gabriela.schreiner@gmail.com](mailto:gabriela.schreiner@gmail.com) e [gabriela@conscienciasocial.net](mailto:gabriela@conscienciasocial.net)